



Avaliação: Revista da Avaliação da

Educação Superior

ISSN: 1414-4077

revistaavaliacao@uniso.br

Universidade de Sorocaba

Brasil

Leopoldo Mercado, Luis Paulo

Metodologias de ensino com tecnologias da informação e comunicação no ensino jurídico
Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, vol. 21, núm. 1, marzo, 2016, pp.

263-299

Universidade de Sorocaba

Sorocaba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=219144890013>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Metodologias de ensino com tecnologias da informação e comunicação no ensino jurídico

Luis Paulo Leopoldo Mercado

Resumo: Este estudo apresenta subsídios teórico-práticos sobre as possibilidades de utilização das TIC na prática docente no ensino jurídico. Envolveu as etapas: estudo teórico/bibliográfico na área de TIC e ensino jurídico; construção e atualização do blog da pesquisa; seleção e formação de professores de Direito para desenvolver metodologias com TIC envolvendo uma experiência sobre a utilização de diferentes estratégias didáticas com professores do ensino jurídico; desenvolvimento de material didático no blog de cada professor; análise dos dados dos blogs e grupo focal. O estudo teve como objetivo investigar metodologias para uso de estratégias didáticas no ensino jurídico, construir material didático usando estratégias didáticas no ensino jurídico e explorar as possibilidades das estratégias didáticas no ensino superior em relação à construção do conhecimento, desenvolvendo habilidades para utilização, aprendendo a avaliar, selecionar e integrá-las nas atividades curriculares.

Palavras-chave: Ensino jurídico. Estratégias didáticas. Aprendizagem centrada no aluno. Prática pedagógica. Metodologia do ensino. Ensino superior. TIC.

Teaching methods with information and communication technologies in legal education

Abstract: This study presents theoretical and practical subsidies about the possibilities of using ICT in teaching practice in legal education. Steps involved: theoretical study / literature in the area of ICT and legal education; construction and updating the blog search, selection and training of law teachers with ICT to develop methodologies involving an experiment on the use of different teaching strategies with law school teachers, development of educational material on the blog for each teacher; analysis of data from focus groups and blogs. The study aimed to investigate methodologies for use in legal education teaching strategies, build courseware using teaching strategies in legal education and explore the possibilities of teaching strategies in higher education in relation to the construction of knowledge, developing the skills to use them and learning to evaluate, select and integrate them into curricular activities.

Key words: Legal education. Teaching strategies. Student-centered learning. Teaching practice. Teaching methodology. Higher education. ICT.

Introdução

Os desafios atuais postos aos professores universitários exigem dispor de ambientes que permitam a autoria de conteúdos, a interação, a mediação pedagógica, a produção de conhecimento colaborativo e o desenvolvimento de competências na utilização de Tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Para Ponte Junior (2003), estratégias didáticas com TIC, como instrumentos à disposição do professor e do aluno, podem se constituir em agente de mudanças para a melhoria da qualidade do ensino jurídico, o que requer professores com sólida formação, com conhecimentos da didática e dos conteúdos, com desenvolvimento de práticas pedagógicas que utilizem as TIC como interfaces que atendam às necessidades individuais e coletivas, que estimulem a construção criativa e a capacidade de reflexão e que favoreçam o desenvolvimento da capacidade intelectual e afetiva, levando à autonomia e à democracia participativa e responsável.

A formação docente com TIC se configura como uma interface relevante porque apresenta produtos formativos (FUNDESCO, 1998): interativos, no qual o usuário pode adotar um papel ativo em relação ao ritmo e nível de trabalho; multimídia, por incorporar textos, imagens, animações, vídeos, sons; aberto, por permitir uma atualização dos conteúdos e das atividades de forma permanente, algo que os livros de textos não possuem; acessível por não existir limitações geográficas e por permitir ao aluno utilizar todas as potencialidades da Internet, com recursos online em seus próprios computadores pessoais.

Para atender a realidade educacional atual, envolvendo uso de TIC, é necessário que os professores envolvidos estejam em permanente processo de formação, tanto de conhecimentos quanto de novas metodologias e tecnologias de ensino, com o objetivo de promover uma maior aprendizagem por parte dos alunos do curso. (PACHANE; PEREIRA, 2004).

Novas formas de aprender e interagir com TIC exigem novas metodologias de ensino nos cursos superiores, especificamente nos cursos jurídicos, focando: a revisão dos procedimentos e métodos de ensino que privilegiam a memorização e a apreensão acrítica de conceitos e valores, provocando-se uma postura mais dinâmica e crítica dos acadêmicos; a utilização de novas ferramentas de ensino, que podem contribuir para a implementação de um processo de ensino-aprendizagem emancipatório, que permitem a abertura de espaços para a reflexão e a construção do próprio conhecimento; a valorização da interdisciplinaridade como forma de dinamização do processo ensino-aprendizagem, o que permite a formação de um profissional capaz de estabelecer conexões entre os saberes.

Um dos desafios do uso das TIC no ensino jurídico, na concepção de Leite (2003) e Nunez (2010) é a inclusão digital ou infoinclusão dos alunos e professores. Para se falar em usar TIC é necessário ter acesso a elas; os professores formadores usarem ou quererem aprender a usar as TIC nas suas práticas pedagógicas. Para isso é necessário formação continuada para criar habilidades de uso e construção de propostas didáticas de incorporação das TIC nas aulas; a elaboração de material didático e propostas de atividades significativas envolvendo uso das TIC que não sejam exercitação de conteúdos técnicos da área jurídica.

O professor, para trabalhar com aulas inovadoras usando TIC, precisa desenvolver novas competências e habilidades: ser um coordenador de aprendizagem, um sujeito que está aberto à aprendizagem, que aprende com seus alunos; que constrói novas habilidades no seu percurso formativo: saber usar as TIC numa perspectiva didática; construir uma proposta pedagógica que valorize a autonomia, a construção coletiva e a autoria dos envolvidos; valorizar a construção do conhecimento em detrimento da reprodução de informações; modelo ainda muito presente nas práticas pedagógicas atuais com ou sem TIC.

A introdução das TIC no ensino jurídico exige atividades dinâmicas que envolvam o uso destas na perspectiva da pedagogia da autoria, em que os alunos e professores se tornam autores. Ao estimular a pesquisa e o pensamento, o professor coloca-se a caminho com o aluno, estando aberto à riqueza da exploração e à descoberta de que ele também pode aprender com o aluno. O professor, este, durante e ao final do processo de formação, precisa incorporar na sua metodologia: o conhecimento das TIC e da maneira de aplicá-las; a promoção da aprendizagem do aluno, para construção do conhecimento num ambiente telemático que o desafia, motiva para a exploração e a reflexão, propondo planos que resultem em trabalho cooperativo realizado por todos os envolvidos no processo de aprendizagem; o estímulo à pesquisa como base de construção do conteúdo a ser veiculado através da Internet; o saber pesquisar e transmitir o gosto pela investigação a alunos de todos os níveis.

As TIC no ensino jurídico permitem simular a realidade no ambiente da sala de aula, permitindo vinculação mais fácil da teoria com a prática profissional; desenvolver competência para resolver problemas complexos, no qual o aluno irá deparar-se com situações-problema reais que exigem capacidade de interpretação, análise crítica e de resposta conceitualmente fundamentada; vivenciar situações do mundo real, se colocando no lugar do outro no momento da tomada de decisão ou na condução do caso; promover a interdisciplinaridade, ao estabelecer relações entre conceitos abordados em diferentes disciplinas,

explicitando a interdependência do conhecimento para a solução de problemas complexos e contribuindo para romper com a fragmentação curricular.

Grande parte dos cursos jurídicos está presa ao modelo que privilegia o objeto e ao modelo discursivo centrado no professor, nos quais se tem a ideia de que bastam professores, alunos, códigos, manuais, salas de aula e um repertório de modelos práticos de processos juridicamente exemplares para a realização da formação jurídica do aluno.

Para Ferreira Sobrinho (1997) e Ghirardi e Vanzella (2009), o professor deve ter conhecimento de estratégias para desenvolver a habilidade do trabalho coletivo, da argumentação, da resolução de problemas, de ouvir e receber informações e de criar novos conhecimentos. Cabe ao professor desenvolver a capacidade de adaptação dessas técnicas, criando novas técnicas como o objetivo de tornar o curso mais dinâmico, desafiador, criativo e renovado.

As práticas jurídicas preconizadas nas Diretrizes Curriculares do Curso de Direito (BRASIL, 2004): atividade jurídica simulada; atividade jurídica oral; visita orientada (estudo do meio); análise de autos concluídos; contato com sentenças, peças práticas jurídicas logo no primeiro ano; elaboração de textos e peças jurídico-legais; aula com exposição didática; atividade de arbitragem; atividade de negociação, conciliação e mediação; estudos de casos; discussões e debates.

Os problemas de ordem metodológica no ensino superior são agravados não só pelo continuísmo da abordagem de ensino tradicional, associada ao estilo de aula magistral ou expositiva, também, pelo fato de exigir-se pouca preparação dos professores que possuem inexpressiva experiência no campo das investigações científico-jurídicas. O aprendizado jurídico ocorre através do monólogo, em que o professor fala à exaustão para um grupo de alunos que, quando muito, tenta transcrever as lições repetidas de algum manual jurídico.

Estratégias Didáticas Inovadoras no Ensino Jurídico: relato de oficina de Metodologia do Ensino Jurídico

Estratégias didáticas, segundo Haydt (2006) e Martins (2009), são formas de intervenção na sala de aula, que contribuem para que o aluno mobilize seus esquemas operatórios de pensamento e participe ativamente das experiências de aprendizagem, observando, lendo escrevendo, experimentando, propondo hipóteses, solucionando problemas, comparando, classificando, ordenando, analisando, sintetizando a estratégia de ensino, designa os procedimentos e recursos didáticos a serem utilizados para atingir os objetivos desejados e previstos.

Ao escolher uma estratégia didática, o professor considera, como critérios de seleção, os aspectos: adequação aos objetivos estabelecidos para o ensino e aprendizagem; a natureza do conteúdo a ser ensinado e o tipo de aprendizagem a efetivar-se; as características dos alunos, como, por exemplo, sua faixa etária, o nível de desenvolvimento mental, o grau de interesse, suas expectativas de aprendizagem; as condições físicas e o tempo disponível.

Para Martins (2009), Lucarelli (2007) e Vanzella (2007), para serem eficientes, estratégias didáticas deverão ser planejada com antecedência e constar de: conteúdo de interesse dos alunos, ou um reforço necessário como objeto do estudo a ser explorado por eles; objetivos a serem formulados com base naquilo que os alunos devem saber, produzir ou descobrir no final do trabalho; metodologia a ser utilizada deverá constadas atividades a cumprir dos problemas a solucionar; processo avaliativo que pode ser individual ou grupal para constatar e acompanhar a aprendizagem que leve em conta o que os alunos aprenderam em relação aos objetivos propostos para o trabalho. A avaliação deve considerar as competências, as habilidades e o desempenho dos alunos diante das atividades.

Para Masetto (2011), Bittar (2006), Bordenave e Pereira (1989), currículos inovadores no ensino superior enfatizam uma aprendizagem ativa que valoriza a pesquisa, a ética e a sensibilidade nas relações com os alunos e profissionais da área; enfatizam a capacidade de atualizar mudanças e buscar informações; envolvem processo de descobertas dirigidas e de incentivo à aprendizagem interativa em pequenos grupos. Neste contexto, as estratégias são selecionadas de forma a permitir a participação dos alunos (debates, observação com discussão, leituras, pesquisas, atividades práticas, atividades em ambientes de simulação da realidade, discussão de casos) e permitem a inserção do aluno em contato com a realidade profissional desde o primeiro ano do curso.

A didática ativa, segundo Correa (2011), valoriza métodos e técnicas, como o trabalho de grupo, atividades cooperadas, estudo individual, métodos de reflexão, métodos de pesquisa (descoberta de conhecimentos), tanto na organização de experiências de aprendizagem como na seleção de métodos. Para Maia e Ramos (2011), o professor atua como incentivador e orientador da aprendizagem, favorecendo a participação dos alunos. O aluno é estimulado a trabalhar de modo autônomo e independente. É estimulado a observar, experimentar, criar e executar, desenvolvendo desta forma capacidade crítica e reflexiva. O professor atua como incentivador da aprendizagem; adapta o ensino às capacidades e limitações dos alunos; promove a cooperação e

iniciativa dos alunos em sala de aula. O aluno tem autonomia para criar seus próprios esquemas de investigação e resolução de problemas. A prática pedagógica é assim organizada: objetivo de ensino: capacidade de análise, síntese, relação, comparação e avaliação; conteúdos: atividades diversificadas variando conforme interesse dos alunos; procedimentos: aluno incentivado a refletir sobre as informações recebidas; avaliação: finalidade de contribuir para a formação do aluno.

No ensino ativo, o aluno assume o papel ativo no aprender, a influência de suas experiências atuais e prévias, o papel da colaboração na construção do conhecimento e sua contextualização, a partir das experiências dos que aprendem, seja um nível consciente seja um nível inconsciente (FIORENTINI, 2002).

Os métodos ativos permitem que os alunos descubram e se apropriem dos conhecimentos de que precisam para a solução dos problemas teóricos e práticos. Ao usar esses métodos, o professor orienta um conjunto de atividades e tarefas que deverão ser executadas pelos alunos.

Os métodos ativos de ensino, segundo Mitre et al. (2008), são inovadores por contribuírem para formar nos alunos o pensamento criador; oferecem um conjunto de situações-problemas que precisam de solução; permitem que o professor, ao orientar o pensamento do aluno, não precise abordar todo o conteúdo em sala de aula; possibilitam relacionar os novos conhecimentos com os diversos conteúdos de outras disciplinas; formam as habilidades que permitem localizar ideias, estabelecer comparações, analisar, criticar, avaliar e descobrir relações casuais dos fenômenos e das situações que se apresentam na teoria e na prática; envolve a participação ativa e independente dos alunos como objetivo de formular generalizações e conclusões científicas.

Para Mizukami (2000), os métodos com abordagens centradas nos alunos implicam programas, técnicas, horários flexíveis, adaptáveis as condições dos alunos, respeitando o ritmo individual de trabalho, de assimilação do conhecimento, respeitando a atividade grupal, com tarefas e técnicas diversificadas. O conceito de aula envolve situações que gerem investigação por parte do aluno e ações didáticas pedagogicamente estruturadas, estimulando a pesquisa, o incentivo à produção científica e a inserção na comunidade sob as diversas formas ou programas de extensão, além da avaliação do ensino aprendizagem.

Neste estudo foram produzidos materiais didáticos com uso de TIC para ensino jurídico, testados em um grupo de professores do ensino superior do

Curso de Direito, selecionados para utilizarem os materiais de forma experimentais nas suas aulas.

Iniciou-se o desenvolvimento de material didático no blog do projeto, com a seleção e desenvolvimento de plano de formação de professores, criação de diferentes materiais didáticos destinados a Internet, realização de experiências de aula empregando Internet e elaboração de guia didático para professores do curso de Direito, sobre o uso de TIC.

Os temas trabalhados ao longo das 45 horas divididas em 10 encontros de 5 horas cada um, foram: atividades curriculares; planejamento de aulas utilizando diferentes estratégias didáticas. Todo o material trabalhado nas aulas está disponível no blog TIC na Formação de Professores Semi-Presencial e Online, disponível em: <http://ticformacaonline.spaceblog.com.br>.

O blog foi utilizado nesta formação como diário de aula, que permitiu registros da evolução cronológica do aluno, o grau de consecução dos objetivos definidos no currículo ou aspectos atitudinais questões metodológicas sobre os alunos.

Foram realizados registros do professor no blog, que serviu para disponibilizar as atividades produzidas, para socializar as avaliações e para ser material didático de apoio ao professor nas suas aulas, no ensino jurídico.

A formação de professores do Ensino Jurídico para uso de TIC desenvolveu visão crítica frente às transformações globais que estruturaram a realidade atual e seus impactos a partir da utilização das TIC na educação, nos diferentes espaços de aprendizagem e na prática docente. Abordou o planejamento educativo incorporando as diferentes utilizações das TIC nas aulas de Direito. A formação teve como objetivos: explorar as possibilidades das TIC em relação à construção do conhecimento, desenvolvendo habilidades para utilização das TIC nas aulas; selecionar com critérios educativos e utilização crítica e didaticamente os distintos materiais tecnológicos disponíveis; introduziu TIC nos processos de ensino-aprendizagem, com temáticas de interesse para a especialidade jurídica, a partir de modelos práticos; desencadeou um processo de formação de professores e pesquisadores buscando a integração da Internet no trabalho docente e na investigação científica.

As atividades propostas valorizaram o uso das TIC, dando-lhe uma nova dimensão, através da qualificação, preparando professores de Direito para trabalhar com novas propostas pedagógicas, a partir da necessidade de promover atividades educacionais que permitam a atualização em termos de conhecimento, informações e desenvolvimento de habilidades que os atuais padrões convencionais de ensino não oportunizam.

Atividade 1 - Criação do blog da disciplina e elaboração do plano da disciplina

Na primeira atividade, foi realizada uma dinâmica de apresentação dos professores e da equipe responsável pela formação, no qual cada participante partilhou informações a respeito de sua trajetória de formação e profissional e expectativas com relação à oficina. Em seguida, foi detalhada a proposta da oficina e iniciado o trabalho de formação, inicialmente realizado a partir de uma proposta de exploração de sites e blogs da área jurídica.

Foi explorado o gênero blog, descrito e analisada sua importância na educação. Foram destacados os principais elementos do blog: título, propósito do blog; o tipo de conteúdo veiculado; o tipo de linguagem e o tamanho do texto; o ritmo de atualizações; presença ou não de comentários; a incorporação de mídias como imagens, fotos, vídeos, som e/ou rádio; a incorporação de outros recursos como espaço para recados, links para outros blogs.

Os professores criaram seus blogs individuais, a partir da escolha da disciplina na qual abrigaria materiais didáticos para uso nas aulas do professor. As aulas consistiram em experiências de pesquisa de recursos online sendo cada encontro orientado por um guia didático explorando mídias diversificadas para uso na sala de aula.

Os blogs das disciplinas dos professores do ensino jurídico são:

Direito Tributário – <http://vetinhoarapiraca.spaceblog.com.br/>

Direitos Humanos - <http://priscilanascimento.spaceblog.com.br>

Direito Penal - <http://direitopenal.spaceblog.com.br/>

Direito Tributário - <http://jurandirmererencio.spaceblog.com.br/>

Direito Penal Descomplicado - <http://direitofacil.spaceblog.com.br/>

A Constituição para Formação de Alunos - <http://constilegal.spaceblog.com.br/>

Direito Civil - <http://direitocivil2.spaceblog.com.br/>

Constitucional Fácil -<http://professoradriano.spaceblog.com.br>

Direito no Tempo - <http://historiadodireito.spaceblog.com.br/>

Teoria Geral da Pena -<http://teoriageralpena.spaceblog.com.br/>

Após a criação do blog, foi solicitada, a cada professor, a leitura das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito e elaboração do Plano de curso da disciplina escolhida. A disponibilização do plano no blog teve como

objetivo divulgar o planejamento do professor, para que os alunos conheçam e possam acompanhar as atividades propostas. O plano disponibilizado no blog contém ementa da disciplina, objetivos, conteúdos programáticos, metodologia, avaliação, bibliografia básica e complementar, cronograma de atividades.

Atividade 2 - Aula pesquisa – revistas e jornais online

Na segunda atividade, foram trabalhados os gêneros digitais revistas online. O objetivo da atividade foi a leitura de textos de revistas e jornais online e produção de proposta didática para uso em sala de aula. Neste encontro, os professores realizaram uma consulta na internet em sites de busca, revistas online, blogs com temática concernente ao ensino jurídico vinculado ao plano de curso da disciplina escolhida para construção do blog. A partir desta consulta, realizaram a leitura e seleção do material para subsidiar a elaboração das aulas previstas no plano de curso, postadas no blog individual. (Quadro 1). As publicações online colocam o aluno em contato com múltiplas linguagens, possibilitando desenvolver diversas formas de expressão, em situações de comunicação real; trabalhar, ao mesmo tempo, a escrita, a oralidade e a expressão corporal; a cooperação e o reconhecimento às produções dos colegas; ao aluno ser produtor de informação e não só consumidor; situações reais de leitura e escrita.

Quadro 1- Aulas com revistas e jornais online abordando temas jurídicos

Tema	Objetivos	Atividade
Direito Administrativo Regime Jurídico Administrativo: princípios informativos e interpretação; princípios expressos e implícitos e princípios constitucionais administrativos.	Conceituar, caracterizar delimitar e relacionar os princípios administrativos com fundamento na lei e na Constituição Federal; Contextualizar a aplicação desses princípios no caso concreto; reconhecer os princípios como Normas jurídicas cogentes passíveis de sanção em caso de inobservância.	Reportagem do jornal Gazeta do Povo de 08/10/10 com a seguinte matéria: Nova regra para limitar uso da máquina pública divide opiniões; Servidores contratados irregularmente serão exonerados. Disponível em: www.jornaisdehoje.com.br/gazetadopovo/www.gazetadopovo.com.br Os alunos se dividirão em equipes para a análise dos textos, em seguida, abre-se oportunidade para debates e resposta aos seguintes questionamentos: O uso irregular da máquina pública configura abuso de poder? O uso da estrutura física de órgão público para eleger políticos é abuso de poder ou está dentro da liberdade de opinião e faz parte da democracia? Houve violação ao regime jurídico administrativo no caso em fulcro? De que forma? Servidores irregulares os atos por eles praticados são válidos, têm fé pública? Servidores contratados sem concurso têm direito à indenização em caso de exoneração? A autoridade que contrata sem concurso pode responder por improbidade? Ou não viola nenhuma norma, tendo em vista os cargos comissionados que podem ser exonerados a qualquer tempo?

Direito Eleitoral Constitucionalidade da LC 135/2010 Subtemas: Validação para o pleito de 2010; Posicionamento dos Tribunais Superiores	Analizar a óptica dos Tribunais acerca da Lei Complementar 135/2010 que altera dispositivos da Lei Complementar 64/1990	Reportagem do Jornal do Brasil acerca da constitucionalidade da ficha limpa; Reportagem da Revista Visão Jurídica sobre a manifestação democrática da sociedade. Disponíveis em: http://revistavisaojuridica.uol.com.br/advogados-leis-jurisprudencia/51/lei-da-ficha-limpa-184874-1.asp http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2010/09/27/constitucionalidade-da-ficha-limpa/ http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnica.html?id=18784
Direito Previdenciário Fator Previdenciário Subtema: Os Reflexos do Fator Previdenciário na Previdência Social.	Envolver o aluno dentro do conhecimento atual da economia, da política social, bem como o exercício do direito à cidadania.	Reportagem A hora da verdade nas aposentadorias, disponível em: http://veja.abril.com.br/blog/radar-online/congresso/a-hora-da-verdade-nas-aposentadorias/ Voto dos Aposentados: http://www.estadao.com.br/busca/fator%20previdenciário As reportagens retratam a indagação do povo quanto ao famigerado fator previdenciário, que é um redutor das aposentadorias por tempo de contribuição, concedidas pelo INSS, que serviu, para o Governo como um redutor do déficit da Previdência Social. Leitura das reportagens indicadas. Estudo do conteúdo do Fator Previdenciário, com debates e seminários. Elaboração de texto, discussão sobre o tema apresentado e ainda uma proposta de alternativa ao fator previdenciário.
Direito Tributário O recolhimento de Imposto de Renda no Tráfico de Drogas	Discutir a possibilidade de o Ordenamento Brasileiro prever a tributação de rendas obtidas por meios ilícitos; Verificar no ordenamento jurídico os meios que permitem e os que condenam a tributação em atividades ilícitas.	Reportagem Beira-Mar controlava tráfico com bilhetinhos em Campo Grande, disponível em: http://www.midiamax.com/noticias/745995-beira+mar+controlava+trafico+com+bilhetinhos+campo+grande+revele+fantastico.html Discussão acerca da possibilidade do ordenamento tributar a renda proveniente do tráfico de drogas. Quais os dispositivos legais que preveem essa cobrança? O Estado tem legitimidade para cobrar tributos de atividades ilícitas? Análise do Princípio do "Nom Olet"; Estaria sendo aplicada a teoria do Bis in Idem? O processo penal pode prever efeitos no Direito Tributário? Avaliar as posições críticas dos alunos a respeito do tema.
Direito Penal Redução da Maioridade Penal - Culpabilidade e suas excludentes	Observar se a redução da maioridade penal trará benefícios à sociedade brasileira; Discutir a relação existente entre a redução da maioridade penal e a redução da criminalidade; Propor medidas eficazes no combate ao aumento da criminalidade infantil, posicionando-se contra ou a favor da redução da maioridade criminal.	Reportagens: Plebiscito sobre maioridade penal: 233 deputados a favor, 166 contra, disponível no link de acesso: http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/01/plebiscito-sobre-maioridade-penal-233-deputados-favor-166-contra.html e Maioridade penal, disponível no link de acesso: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/maioridade_penal/index.shtml . Os alunos serão divididos em grupos, os quais irão ler os artigos online e realizar uma resenha crítica acerca do tema, posicionando-se a favor ou contra a redução da maioridade penal. Após elaborarem as resenhas, cada grupo irá defender seu posicionamento em sala de aula, com o objetivo de se buscar um maior inter-relacionamento entre os acadêmicos, que irão compartilhar suas opiniões e agregarem novos saberes a partir dos ideais de seus colegas de curso.

Direito Penal Legalização X Proibição do Aborto	Debater o tema aborto; abordar aspectos jurídicos, políticos, religiosos e culturais da legalização ou proibição do aborto no mundo.	Reportagens: 1– aborda a tendência liberalizante do aborto no mundo (http://jusvi.com/artigos/35880); Texto 2 – http://www1.folha.uol.com.br/bb...izante-do-aborto-no-mundo.shtml aborda os efeitos da proibição do aborto e a desobediência da lei. Separação da turma em 2 equipes que irão defender o ponto de vista do grupo em relação à defesa da liberação do aborto e outro grupo irá debater sobre os fatores que levam a proibição do aborto, sob os aspectos jurídicos, políticos, religiosos e culturais. Após a construção das opiniões, no 1º momento cada grupo terá 10 min para defender seu tema e depois cada equipe deverá montar uma situação para que todos os alunos emitem opiniões próprias sobre o assunto. Debates e apresentação oral.
---	--	--

A atividade envolveu a escolha um tema e pesquisa de reportagem em revistas e em jornais online na temática escolhida na disciplina do professor. Cada professor planejou uma aula utilizando reportagens online, disponibilizando no blog o tema da aula, objetivos, reportagens selecionadas (título e link de acesso) e a proposta de atividade a ser desenvolvida. Os professores criaram aulas envolvendo leitura e análise crítica das reportagens escolhidas, elaboração de resumos e resenhas dos materiais estudados.

Atividade 3 - Elaboração de proposta de ensino jurídico com vídeos e filmes

Na terceira atividade foram explorados vídeos no Youtube (<http://youtube.com>), com objetivo de explorar o repositório de vídeos e sua perspectiva de autoria; elaborar proposta didática para uso no ensino jurídico de vídeo escolhido; construir roteiro da produção visual a ser realizada por cada aluno. As atividades foram conduzidas a partir da exploração de repositórios de vídeos - YouTube, por exemplo. Tendo o plano de curso como elemento norteador, os professores selecionaram vídeos disponíveis na internet e elaboraram propostas didáticas para uso em uma aula de Direito. Ainda neste encontro, elaboraram um roteiro de produção visual para a produção de um vídeo com o uso de câmera filmadora ou fotográfica.

O YouTube, como mostram Gomez (2010), Carlini e Leite (2010) e Silveira (2011), é um site de arquivamento e divulgação de vídeos, nos quais o professor pode postar suas aulas em vídeos e aproveitar videoaulas ou vídeos educacionais. Pode-se fazer download de vídeos, para o computador, produzir e/ou publicar vídeos.

A atividade realizada no blog de cada professor envolveu a construção de proposta de aula utilizando vídeos do YouTube; elaboração do roteiro da produção visual. Foi realizada pesquisa no You Tube de filmes para serem usados numa aula na sua temática de estudo ou docência. Foram planejadas aulas com o vídeo escolhido (tema da aula, objetivos, vídeo escolhido, link para acesso, proposta de atividade a ser desenvolvida a partir do vídeo estudado).

Quadro 2 - Vídeos selecionados pelos professores para uso nas disciplinas

Tema	Objetivo	Atividade
Direito Administrativo Poder de Polícia e Discricionariedade	Abordar o conceito de poder de polícia, suas características e classificações; analisar a discricionariedade imanente ao Poder, diferenciando-o do abuso de poder e desvio de finalidade.	Vídeos: http://www.youtube.com/watch?v=IC37rq95dY (4:42) http://www.youtube.com/watch?v=2JQAfzZ-_qs (10:01) http://www.youtube.com/watch?v=5vl1ka49WM&feature=related (10min). Explanação geral sobre o poder de polícia objetivando proporcionar aos alunos sobre uma noção geral do tema; em um segundo momento, serão disponibilizados os vídeos em sala de aula. Por fim os alunos se reunirão em grupos e responderão a perguntas feitas pelo professor através de um questionário e redigirão a conclusão da equipe.
Direito Administrativo Princípios Administrativos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.	Debater os Princípios Constitucionais da Administração Pública aplicáveis à lei de Improbidade Administrativa.	Vídeos: Princípios Administrativos Link: http://www.youtube.com/watch?v=Vu6jx1XFp4 Notícias Debate improbidade administrativa – 1 Bloco – TV Justiça. Link: http://www.youtube.com/watch?v=kp1_IrRcxhU “Vergonha Municipal”... Mais uma para os “Bom-despachenses” Link: http://www.youtube.com/watch?v=kp1_IrRcxhU A turma assistirá ao vídeo de aula, com o conteúdo que irá ser trabalhado - o primeiro vídeo consiste em uma explanação dos Princípios Administrativos; o segundo se trata de um debate sobre Improbidade Administrativa exibido pela TV Justiça em 23-10-2009. Em seguida, os professores irão complementar o que foi apresentado. Por fim, os alunos em grupo irão debater sobre um vídeo que mostra a violação de Princípios Administrativos.
Direito do consumidor Acidentes de consumo e Recall - Direito a informação, a segurança, Controle da publicidade. Responsabilidade do fornecedor.	Debater o assunto acidente de consumo e Recall através de duas reportagens em vídeos, uma esclarecendo o tema e outra comunicando a necessidade de um recall, para fixar melhor o aprendizado e fazer com que os alunos entendam o significado de um recall e possam identificar um acidente de consumo.	Vídeos: Acidentes de consumo (7:53) - http://www.youtube.com/watch?v=reZTh7VU_MQ GM faz recall de quase 30 mil carros com defeito (01:56) - http://www.youtube.com/watch?v=NEd9k44WKbo A turma assistirá aos vídeos em sala de aula: o primeiro vídeo consiste em uma entrevista esclarecendo o que é acidente de consumo e quais as responsabilidades dos fornecedores; o segundo se trata de uma reportagem informando um recall de quase 30 mil veículos da GM. Em seguida, os professores irão complementar o que foi apresentado e debater com a turma. Por fim, os alunos em grupo irão pesquisar mais reportagens e casos concretos sobre o tema para ser apresentado para turma.

Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006)	Adquirir conhecimentos a respeito da Lei Maria da Penha; Conhecer os pontos mais importantes da Lei; Apresentar a história da Lei Maria da Penha.	Atividades: dramatização de um telejornal, no qual serão abordados os principais pontos da Lei Maria da Penha, apresentação na qual os principais tipos de violência e da história da referida Lei. Produção dos alunos (solicitação de uma resenha crítica). Conclusão a respeito das reportagens. Vídeos: serão utilizados três vídeos do YouTube sobre o tema Lei Maria da Penha, quais sejam: Principais tipos de violência , disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=eFuXtKgj4tg Lei Maria da Penha , disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=PT94QwXlt3E 15 segundos Lei Maria da Penha , disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=ZVzYvz834Z8
Direito a Igualdade – racismo no futebol no Brasil	Abordar o racismo no futebol no Brasil, identificando suas características, como ocorre Mais frequentemente, analisar sua gravidade como agressão à dignidade da pessoa humana e classificar o tipo de delito cometido à luz da Constituição de 1988 e do Código Penal.	Recursos: Vídeo exibido no YouTube disponível no link: http://www.youtube.com/watch?v=vDNSW4ID8_E . Matéria do Repórter Bruno Bernardi sobre o racismo no futebol brasileiro, exibida em 18/04/2010, no Programa No Pique, da CNI, com Roberto Avallone. Atividades: será feita explanação sobre o racismo para que os alunos possam ter uma visão geral sobre o assunto. Em seguida, o vídeo será reproduzido em sala de aula para todos. Depois de assistir o vídeo os alunos formarão grupos de quatro componentes para debaterem o tema entre si. Farão um texto que um membro apresentará para toda a turma e o entregarão ao professor para análise.
O Psicólogo Jurídico e as áreas de atuação: laudos no sistema penitenciário	Debater sobre a importância do trabalho do psicólogo jurídico, as áreas de atuação do profissional, a importância do sigilo, a responsabilidade dos laudos e diagnósticos que recebem força de prova em um processo, o acompanhamento do psicólogo ao detectar possível negligência dos pais para com o menor, evitando desencadeamento de transtornos psicológicos, ilustrar a personalidade antisocial (psicopata) e escolher um caso entre os apresentados para debate.	Vídeos: Psi Jurídica- A Psicologia e a Justiça. Duração: 9 min e 04s Link: http://www.youtube.com/watch?v=AhQNJJ_m4qY Alienação Parental no Fantástico Duração: 5 min e 20s Link: http://www.youtube.com/watch?v=aHty-8oTJzM Roda Viva- Ana Beatriz Barbosa- Parte 1. Escolher um caso. Duração: 11 min e 52s Link: http://www.youtube.com/watch?v=9DBXPJ9T7yQ Atividade: Os alunos deverão assistir aos vídeos em sala de aula. Deverão discorrer sobre o primeiro vídeo que fala da atuação do psicólogo jurídico e suas áreas de atuação, nos dois vídeos seguintes analisarão, no caso concreto, infrações legais que induzem a um possível dano psicológico, necessitando desta forma de auxílio do profissional.
Declaração Universal dos Direitos Humanos	Conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos, discutindo-a numa análise frente à realidade mundial em relação a cada um dos direitos expostos no vídeo.	Vídeo: Direitos Humanos. Link: http://www.youtube.com/watch?v=bIXSSA99uP8&feature=fvsr Atividade: Identificar em cada um dos direitos humanos apontados no vídeo a sua prática dentro da sociedade próxima, em que se vive, fazendo uma comparação crítica com seu tratamento na sociedade internacional.

Direitos do consumidor	Conhecer o surgimento dos direitos do consumidor. Analisar o Código de Defesa do Consumidor.	Vídeos: Direitos do consumidor http://www.youtube.com/watch?v=vvr9i8TvGdo http://www.youtube.com/watch?v=RddBos3gCW4 http://www.youtube.com/watch?v=wFa5cH_sKLG Atividades: O professor discorre acerca do surgimento dos direitos do consumidor. Apresenta casos práticos em que o consumidor está sujeito à efetiva reparação. A turma deverá assistir aos vídeos e debater a importância do Código de Defesa do Consumidor; discorre acerca dos meios para o cidadão exercitar conscientemente sua função no mercado; debater acerca da importância que é dada ao conhecimento dos dados indispensáveis sobre produtos ou serviços, para uma decisão consciente.
Adoção no Brasil	Possibilitar o conhecimento da realidade da adoção no Brasil, a partir da visualização de algumas adoções realizadas no Brasil.	Vídeos: Adoção no Brasil – Parte 1 a 6 (07:47) – http://www.youtube.com/watch?v=DWVekDG16JQ Atividade: Será feita uma abordagem em linhas gerais sobre o tema adoção no Brasil. Serão expostos em sala de aula os vídeos escolhidos. Após assistirem ao vídeo, o professor fará uma breve consideração sobre o exposto. Após, os alunos se reunirão em grupos de cinco alunos, nos quais debaterão entre si sobre o tema que foi mostrado no vídeo. E, por fim, o professor irá entregar a cada grupo um questionário contendo cinco questões objetivas com base no que foi mostrado nos vídeos expostos em sala de aula.

Atividade 4 - Produção de vídeos no ensino jurídico

No quarta atividade, foi realizado o planejamento do trabalho com registros visuais, no qual a partir do tema escolhido, foi elaborado o roteiro do que será registrado com uso de câmera filmadora: tema, local, data da realização, cenário, sujeitos envolvidos, situação a ser registrada e objetivo de aprendizagem a ser trabalhado neste registro. Foi solicitada, a cada professor, a produção de um vídeo conforme roteiro elaborado. Foram dadas sugestões de vídeos: videoaulas, estudo do meio, entrevistas, visão panorâmica com narrativa, apresentação de um tema com vídeo, videonovela, videojornal, debate, historia animada ou desenho animado.

A finalidade da produção de vídeos é documentar eventos, aulas, estudos do meio, experiências, entrevistas, depoimentos, para modificar os programas, introduzindo novos textos, nova trilha sonora. Os registros permitem filmar diversos aspectos da realidade do cotidiano, apresentando-os em sala de aula. Isto será um fator gerador de debates e de discussões de como e o que podemos fazer para ajudar as pessoas que estão ao nosso redor.

Neste encontro foram elaborados roteiros da produção de vídeo, englobando: área do conhecimento a ser abordada; conteúdos específicos por áreas do conhecimento; ideia ou objeto da produção; título do vídeo e detalhes do enredo; descrição dos personagens; cenário da filmagem; descrição das cenas; clímax; descrição do desfecho do vídeo.

Quadro 3 – Vídeos produzidos para o ensino jurídico

Vídeo	Roteiro
Direitos da Personalidade	Elaboração de um vídeo contendo uma série de afrontas aos Direitos da Personalidade e que sirva de base para a análise da novel proteção dispensada a tais direitos – art. 11 a 20 do Código Civil Brasileiro. Filmagem de pessoas, sem a permissão das mesmas, em ambientes privados – infração ao direito de imagem e à privacidade. Exposição, à vista do conteúdo filmado, das situações alcançadas pela proteção aos direitos da personalidade. Após a exibição do filme na aula serão expostas aos alunos as situações protegidas pelo regramento dispensado aos Direitos da Personalidade pelo Diploma Material Civil, bem como as pessoas legitimadas a buscar a proteção judicial de tais prerrogativas.
Técnica da Seletividade	Análise do princípio da capacidade contributiva e seus desdobramentos, enfocando na seletividade, sua incidência e importância; Entrevistas com especialista na área tributária; Pesquisa de incidência do IPI em produtos. Entrevista no escritório do advogado, analisando situações da aplicação da técnica da seletividade (princípio da capacidade contributiva). O objetivo de aprendizagem nesta produção é a conhecer importância prática da seletividade na busca da Justiça Fiscal.

Após a realização do registro visual, usando câmera convencional ou celular, os professores disponibilizaram o material gravado no YouTube, após registro no site. Cada professor disponibilizou no seu blog o roteiro e a sinopse do material produzido, bem como o link do YouTube ou o próprio vídeo produzido.

O resultado da atividade trouxe perspectivas diferentes de exploração do registro visual. Na avaliação da atividade, os professores afirmaram que o pouco tempo disponibilizado não permitiu produzir como gostariam e que a atividade poderia ter sido realizada em grupo, mediante uma produção, no mínimo, mais elaborada e com a assistência mais próxima do professor. Os professores socializaram os vídeos produzidos e aprenderam a disponibilizá-lo no blog ou no Youtube. Também foi realizada uma discussão coletiva a respeito dos impactos que esses encontros estavam trazendo para dinamizar os processos de ensino e de aprendizagem no ensino jurídico.

Atividade 5 - Estratégias Didáticas no ensino jurídico – Estudo do Meio

Na quinta atividade, foram exploradas as estratégias didáticas usadas pelos professores nas suas aulas. Poucos utilizam estratégias centradas nos alunos, envolvendo pesquisa, interação colaborativa e exploração de outros espaços, como visitas técnicas, elaboração de projetos, estudos de casos, oficinas, pesquisa de campo, simulações, vídeos.

A estratégia didática de confronto com a realidade, utilizando o estudo do meio é uma estratégia que trabalha com conceitos e habilidades para perceber situações e tomar decisões. Inserem o aluno diante de uma situação de fato, na qual deve agir como profissional. O estudo do meio permite o aluno conhecer, coletar informações e analisar diversos aspectos (cultural, social, ambiental e econômico) de um ambiente específico.

O estudo do meio insere o aluno diante de uma situação de fato, na qual deve agir como profissional. Utiliza de entrevistas, excursões e visitas como formas de observar e pesquisar diretamente a realidade, coletando dados e informações para posterior análise e interpretação. O aluno sintetiza, observa, descobre, é mobilizado para a ação porque é estimulado a participar diretamente no planejamento do estudo do meio, na proposição de seus objetivos, na sua execução por intermédio da realização de entrevistas, visitas, coleta de dados (informações e materiais), na organização e interpretação dos dados colhidos, na elaboração das conclusões gerais e na avaliação do estudo do meio no que se refere ao seu processo e ao seu resultado.

O estudo do meio apresenta como objetivos: cria condições para que o aluno entre em contato com a realidade circundante, promovendo o estudo de seus vários aspectos de forma direta, objetiva e ordenada; propicia a aquisição de conhecimentos, históricos, econômicos, sociais, políticos, científicos, artísticos, de forma direta por meio da experiência vivida; desenvolve habilidades de observar, pesquisar, descobrir, entrevistar, coletar, organizar e sistematizar os dados coletados, analisar, sintetizar, tirar conclusões e utilizar diferentes formas de expressão para descrever o que observou; favorece a integração e a coordenação dos vários componentes curriculares (disciplinas e áreas de estudo), ajudando o aluno a perceber de forma integrada os fatos físicos, econômicos, sociais, políticos e artísticos, tais como aparecem na realidade.

Na área jurídica, alguns locais para realizar um estudo do meio são: fórum, delegacia, Ministério Público, júri, cartório, manicômio judiciário, IML, Escritório Jurídico Modelo, PROCON, Secretaria da

Fazenda, Comércio, museus, Faculdade de Direito, escolas, Polícia Federal, Aeroporto, fronteiras, abrigos, DETRAN, Procuradoria Especial, fabrica, Tribunal arbitral legislativo, Assembleia Legislativa, Senado Federal, Ministérios, empresas públicas, autarquias, sindicatos, consultados, Centros de Apoio às vítimas de Crimes, CAPS, Conselhos Federais e regionais das profissões.

O papel do professor no estudo do meio é o orientar e coordenar o planejamento, execução e avaliação, sugerir problemas para estudo, estimular a pesquisa, orientar os alunos na proposição de hipóteses e ajudá-los a tirar conclusões de suas observações e pesquisa.

Quadro 4 – Propostas de estudo do meio no ensino jurídico

Local	Tema da Aula	Objetivos	Conteúdos
Secretaria Estadual da Fazenda	Lançamento e Cobrança do Crédito Tributário	Verificar como ocorre a cobrança de tributos; Compreender a sistemática tributária: hipótese de incidência, fato gerador, obrigação tributária, lançamento, crédito tributário, inscrição e dívida ativa;	Procedimento previsto na legislação para a cobrança de um tributo. Tributo que será estudado; hipóteses de incidência; Fato gerador.
INSS	Estrutura do INSS	Compreender o processo de concessão de benefícios do INSS, no âmbito administrativo; Possibilitar o entendimento burocrático da Autarquia Previdenciária no que se refere à aplicação, aceitação ou negativa do instituto da desaposentação.	Etapas e recursos cabíveis no processo de concessão de benefícios do INSS. Espécies de benefícios existentes - tipos, conceitos, finalidades, carências, documentação necessária. Estrutura do INSS, definições e conceitos dos benefícios, formas de aplicação, benefícios que admitem a aplicação deste instituto, entendimento da autarquia, posicionamento doutrinário e jurisprudencial. conceitos, estrutura, formação, legislação, sobre o INSS.
Câmara Municipal	Processo Legislativo	Compreender o Processo Legislativo Brasileiro. Entender o processo de formação no âmbito municipal.	Quórum necessário para propositura do projeto de lei e aprovação da norma. Posições favoráveis e contrárias quanto à formação da norma em discussão. Conclusão do processo, sanção ou veto da norma estudada.

Presídio	Direitos Fundamentais	Verificar se os presos têm os direitos fundamentais respeitados como preceita a Constituição Federal de 1988 e se a Lei de execução Penal é realmente aplicada aos presos.	Durante a visita ao presídio serão observados se a Constituição Federal e a Lei de Execução Penal estão sendo aplicadas no cumprimento da pena, bem como em que condições vivem os presos.
Laboratório Químico	Normas de proteção ao trabalhador em locais insalubres	Conhecer os procedimentos de segurança do trabalho naquele local. Observar a aplicação das normas de segurança e proteção ao trabalhador.	Segurança e Medicina do Trabalho; Atividades insalubres e perigosas. Normas de proteção ao trabalhador em local insalubre; Conceito de insalubridade e principais normas de proteção.
Ordem dos Advogados do Brasil	Estrutura física e administrativa da OAB.	Verificar o funcionamento da OAB em seu aspecto hierárquico e administrativo; Verificar como se dão as etapas do processo administrativo disciplinar em relação ao advogado.	Estrutura física e administrativa da OAB.
Tribunal de Justiça	Aspectos histórico-culturais, e jurídicos do Tribunal de Justiça.	Realizar entrevista com Desembargador e com Corregedor do Tribunal, previamente agendada pelo professor.	Visitar o Tribunal de Justiça para ter contato com o seu funcionamento, como e onde são realizados os julgamentos. Como funcionam as Câmaras de julgamento e o Plenário.
Conselho Tutelar	Direitos e obrigações dos pais quanto à pessoa e bens do filho menor; Causas de suspensão e de destituição do poder familiar	Entender as razões de estarem naquele local. Verificar como é o tratamento dado e o convívio entre eles.	Conhecer o local e coletar as informações sobre os menores ali abrigados.
Juizados Especiais Cíveis	Teoria Geral do Processo	Visitar juizados especiais cíveis e analisar o que acontece durante uma audiência.	Conhecer a Teoria Geral do processo, competência, intervenção de terceiros, partes, litisconsórcio, petição inicial, defesa do réu, fase probatória, provas, sentenças e teoria geral dos recursos.

Os professores tiveram contato com a proposta didática do estudo do meio, com objetivo de explorar esta estratégia e elaborar proposta didática para realização de estudo do meio envolvendo recursos de TIC numa aula de Direito. Construíram um plano de trabalho para a realização do estudo do meio, constante dos elementos: local do estudo do meio a ser realizado; finalidade da ida até o local escolhido; conteúdos da disciplina a serem estudados no local visitado;

conhecimentos prévios e informações necessárias em período anterior à realização da visita; formas de registro utilizadas (escrita, filmagem, fotografia); forma de avaliação da experiência solicitada ao aluno.

Atividade 6 - Aprendizagem com jogos

Jogos educacionais, segundo Haydt (2006), Gabbay e Sica (2009), Alves (2012), Machado et al. (2011), Arruda (2011), Aranha (2006), são recursos educacionais que tornam a aprendizagem prazerosa e divertem enquanto motivam; permitem realizar simulações e criação de contextos aprendizagem, que integram outras mídias (vídeos, desenhos, redações) e realizar atividades multidisciplinares, envolvendo professores de diversas áreas; podem servir como contexto para a aprendizagem de múltiplos conceitos e variadas habilidades. Contribuem para o desenvolvimento da atenção, levantamento de hipóteses e resolução de problemas, leitura e escrita em múltiplas linguagens, além de promover a vivência de comportamentos cooperativos. Os jogos online, segundo Massensini, Soares Junior e Silva (2011), Haguennauer et al. (2007), podem auxiliar no desenvolvimento de habilidades, como a atenção, o levantamento de hipóteses e resolução de problemas, estratégia, raciocínio rápido, escrita em múltiplas línguas. Jogos de estratégia incentivam a interatividade, estimulam a linguagem e a reflexão; desenvolve a capacidade de resolver problemas e desempenhar papéis sociais; exploram todos os recursos de hipermídia: sons, imagens, movimento, vídeos, dentro da lógica das linguagens midiáticas, com pouco ou nenhum texto.

Quadro 5 – Jogos online no ensino jurídico

Jogo Online	Características	Pontos Fortes
Grand Theft Auto (GTA)	O protagonista, após cinco anos de ausência, encontrando uma realidade completamente diversa daquela deixada. Sua antiga quadrilha, já sem prestígio, se rendeu às drogas e está em situação cada vez difícil, completamente desarticulada. O enredo é polêmico, envolvendo tráficos, corrupção policial, homicídios, entre outros crimes, podendo o jogador praticar todas estas modalidades de delitos.	Pode ser utilizado nas aulas de Direito sob o enfoque sociologia jurídica, observada a possibilidade de transposição para a vida real da violência presente nos jogos eletrônicos, circunstância aceita por vários teóricos da educação. É possível observar o aspecto dogmático, especialmente à luz do cometimento de delitos como apologia ao crime e do fomento à associação ao tráfico. Serão analisados alguns atos violentos, geralmente praticados por adolescente, e as possíveis influências exercidas pelo ambiente dos jogos virtuais.

Counter-Strike	Simula batalhas utilizadas para treinamento do Exército Norte Americano. Apresenta quatro modalidades: resgate de reféns (mapas que iniciam pela sigla CS), desarmar bombas (DE), fuga de terroristas (ES) e assassinos (AS). Os jogadores podem se comunicar através de mensagens em textos, comandos de voz pré-gravados ou conversarem por meio de microfones instalados nos computadores.	Propicia muitas estratégias aos seus jogadores, uma variedade imensa de opções, fazendo de cada jogada diferente e marcante. É possível mudar armas, jogar em novos mapas e combater em equipe. São muito bem trabalhados a estratégia, raciocínio rápido e trabalho em grupo.
Ragnarok	Jogo do tipo MMORPG, com elementos de comércio, exploração e sociabilização. Consiste em passar de nível, mudar de classe, comprar itens, ser mais forte, matar MVPs (monstros mais poderosos) e conquistar castelos.	O jogo tem vários mapas e inúmeras missões que envolvem a história do jogo e uma incrível diversificação de monstros, que fazem uma aventura ainda maior. Indicado para socialização, novas amizades, exploração de ambientes, estratégia, desenvolvimento da atenção e desenvolve a escrita em várias línguas.
Contexteller	Jogo narrativo com características de RPG no qual o aluno utiliza o papel de um personagem da história e interage com outros personagens.	Através do jogo é possível trabalhar diversos tópicos relacionados com o Português como interpretação de textos, diálogo estruturado e também trabalhar com temas relacionados ao folclore brasileiro.
SimCity	Permite a criação de contextos de aprendizagem e envolve assuntos de urbanismo e meio-ambiente.	Possui capacidade de utilização ao longo de várias aulas, rico material de apoio, possibilidade de integração com outras mídias (vídeos, desenhos, redações) e permitem atividades multidisciplinares, envolvendo professores de diversas áreas.
Google SketchUp	Desperta o raciocínio lógico, capacidade de gerir suprimentos, definir prioridades e consequentemente tomar decisões criteriosas para a evolução no game.	Desenvolvem no aluno uma capacidade interdisciplinar, a partir do momento que ele tem de relacionar conhecimentos oriundos do planejamento estratégico e gestão de tempo, suprimentos e definição de prioridades para que o game alcance outras fases; a matemática e a física são introduzidas da análise da altura da nave em relação ao terreno de forma tridimensional.
Making History	O jogo se passa na Segunda Guerra Mundial, enfatizando a relação entre as nações europeias no período 1933-1945. Convida o jogador para ser um dos protagonistas desse período e construir sua narrativa sobre os acontecimentos. O jogador escolhe ser o líder de uma das nações e passa a gerenciar sua nação nos trâmites dos conflitos, estabelecendo relações diplomáticas, declarando guerra e paz, desenvolvendo economicamente sua nação, preparando sua produção para a guerra.	Permite a construção da própria narrativa acerca da Segunda Guerra Mundial. É possível criar uma aliança entre Estados Unidos e Alemanha, forçar uma invasão da Grã Bretanha pela União Soviética ou fazer com que o Brasil invada alguns países da América do Sul.

Age of Empires III.I	O jogador pode iniciar uma conquista da Ásia com uma tribo indígena norte-americana, estabelecendo uma aliança com os ingleses. Analisa as diferenças entre as tecnologias de cada civilização envolvidas no jogo: as tribos, no século XVI, não haviam dominado a pólvora. No entanto, é possível ao jogador obter sucesso, mesmo em uma situação muito desvantajosa. Nesse caso, ele necessita estudar os pontos fortes de sua civilização indígena (por exemplo – o poder do pajé e das crenças politeístas) e criar estratégias de ataque a uma civilização tecnologicamente "superior".	Oferece poder ao jogador, para que ele construa e experimente situações não registradas nos livros didáticos e historiográficos. Propicia ao jogador controlar resultados de suas ações, rever eventos, desconstruir as estratégias cujos resultados não o agradem, aprender, por meio de tentativa e erro, características de uma dada civilização, até que seja possível obter o domínio do jogo. A imaginação do jogador relaciona-se com a construção do saber histórico, ao permitir que ele se coloque no lugar do outro, analise as características de uma sociedade, determine ações e determine meios de obter vitória em embates históricos. A obtenção dessas habilidades e a construção de uma civilização eficaz no embate com as demais, demanda do jogador conhecer as estruturas cognitivas específicas de cada grupo conquistador. Elementos como: diferenças econômicas, religiosas, poderio do exército, condições geográficas territoriais, conhecimento de suas tecnologias, dentre outros, necessitam ser compreendidos ser compreendidos para o pleno desenvolvimento de uma estratégia de batalha vitoriosa.
Second Life	Possibilita fazer experiências de simulação da vida real, aplicadas aos ambientes de aprendizagem virtual e tridimensional, no qual o indivíduo vivencia o conhecimento na prática e não somente na teoria. Possibilita vivenciar múltiplos cenários da vida real no espaço virtual.	O jogo disponibiliza o uso de imagens, os alunos podem criar displays e exibições dinâmicas e interativas, nos quais os avatares podem entrar e com os quais podem interagir. No jogo existem museus e galerias feitas pelos próprios jogadores. Ferramentas avançadas de programação e construção possibilitam o desenvolvimento de complexas simulações e visualizações de dados. É possível construir objetos 3D para representar conceitos matemáticos e genéticos, permitindo que os usuários explorem e penetrem nesses objetos.
World of Warcraft	Jogo do tipo MMORPG no qual várias pessoas se conectam simultaneamente e interagem no mesmo mundo virtual, participando, de batalhas e cumprindo missões coletivas. São jogos de interpretação de personagem online e em massa para múltiplos jogadores.	O jogo gira em torno do mundo virtual Azeroth, no qual se cria um personagem com raça e profissão, e com este enfrentar os desafios que são propostos no decorrer do jogo. Esses desafios são chamados <i>quests</i> . Cada <i>quest</i> pode ser formada por uma ou mais missões, as quais o jogador deve cumprir para que possa aumentar seu nível no jogo e ficar cada vez mais forte.

Foi solicitado a cada dupla de professores que pesquisassem na internet o tema jogos online possíveis de serem usados no ensino superior, além de explorar os jogos escolhidos para elaborar proposta de uso no ensino jurídico.

Atividade 7 - Aprendizagem com casos

Na sétima atividade, foi trabalhada a estratégia didática com casos, que segundo Gomez (2009), Haydt (2006), Machado e Machado (2009), Ramos e Schorscher (2009) e Wassermann (2006), é um método de aprendizagem e ensino que permite aos alunos a oportunidade de direcionar sua própria aprendizagem enquanto exploram a ciência envolvida em situações realisticamente complexas. Os alunos trabalham colaborativamente e desenvolvem estratégias investigativas razoáveis e relevantes às suas perguntas, coletam dados e informações para fornecer sustentação para suas conclusões e trabalham para persuadir outros de seus achados.

O estudo de casos consiste em apresentar aos alunos uma situação real, dentro do assunto estudado, para que analisem e, se for necessário, proponham alternativas de solução. É uma forma de os alunos aplicarem os conhecimentos teóricos à situação práticas. A situação é apresentada aos alunos em forma de descrição, narração, diálogo ou artigo jornalístico. Para Gomez (2009), Ranieri (2010), Serra e Vieira (2006) e Zitscher (2004), as principais fontes de casos são livros, jornais, revistas, artigos, filmes. Para Ghirardi (2009), Antunes (2009), Machado e Machado (2009), Fachin, Tanure e Duarte (2007), os casos podem ser extraídos de leituras, novelas, notícias de jornais, acontecimentos esportivos ou policiais ou mesmo de temas escolares, trazem sempre o símbolo da época e das circunstâncias que geraram. Para Shulman (apud MIZUKAMI, 2000, p. 151), um caso de ensino “tem uma narrativa, uma história, um conjunto de eventos que ocorrem num tempo e local específico.”

É um método de aprendizagem e ensino que dá aos alunos a oportunidade de direcionar sua própria aprendizagem enquanto exploram a ciência envolvida em situações realisticamente complexas. O professor desempenha papel de facilitador e coordenador da aprendizagem durante a discussão do caso. É uma metodologia de ensino participativa, voltada para o envolvimento do aluno, que estimula o aluno a “viver” uma situação real, torna esta “vivência” parte fundamental do processo de construção do aprendizado.

Um caso, segundo Coll, Mauri e Onrubia (2010), apresenta uma situação, acontecimento ou problema com a finalidade de confrontar os alunos com experiências complexas. O caso é apresentado sob forma de narrativa ou história e pode ser tomado diretamente da vida real ou ser elaborado especificamente com caráter “realista” para fazer parte de uma determinada proposta instrucional. O objetivo é que os alunos cheguem a soluções possíveis, válidas ou alternativas. Os alunos experimentem a complexidade, a incerteza, a ambiguidade ou as contradições que quase sempre acompanham a análise e a tomada de decisões nas situações reais.

Casos apresentam situações reais que exigem a tomada de decisões sobre um determinado dilema. A condução do método envolve um processo de discussão, no qual alunos devem se colocar no lugar do tomador de decisão, gerar e avaliar alternativas para o problema, e propor um curso de ação.

Na abordagem de caso, o professor deve: conduzir a discussão sobre os conceitos-chave e as questões relativas às decisões do caso sem necessariamente prejulgá-la; conduzir a discussão sobre os pontos centrais, assegurando que pontos de vista diferentes sejam apresentados e que os incorretos sejam identificados e suas fraquezas/pontos fracos compreendidos; evitar dominar intelectualmente a discussão porque os alunos devem ser responsáveis, eles próprios, por chegar a um ponto de síntese a partir das diferentes análises feitas; conduzir a classe a uma conclusão contemplando a caracterização dos vários pontos de vista relevantes e como esses pontos de vista municiam os blocos analíticos construídos para compreender o tópico considerado.

Segundo Bautista, Borges e Flores (2010), o estudo de casos permite analisar as diversas causas de um problema e localizar as variáveis que podem influir nele. Promove empatia e aceitação de ideias diferentes, como muitos dos casos apresentam resoluções que podem ser analisados a partir de critérios subjetivos, esta metodologia permite disponibilizar o processo de aprendizagem promover a autonomia do aluno, pois ele pode e deve tomar decisões, defender ideias e argumentá-las, respeitar outras opções e aplicar conhecimentos em uma realidade concreta.

Segundo Mizukami (2000, p.162), ao analisar um caso, “passamos a entender a multiplicidade de perspectivas e problemas envolvidos em situações jurídicas específicas e tentar esboçar soluções para o enfrentamento das mesmas”. Ainda para a autora “ao construí-los, aprendemos a descrever

processos, a planejar soluções, a estabelecer relações entre conhecimentos de diferentes naturezas.”

Para Sá et al. (2007), Roesch (2006), Francisco Filho (2006), os objetivos de se usar a metodologia de casos são: introduzir conteúdos específicos; estimular a capacidade de tomada de decisão; demonstrar a aplicação de conceitos na prática; desenvolver a habilidade em resolver problemas, de comunicação oral e escrita, de trabalho em grupo e desenvolver o pensamento crítico.

O estudo de caso permite simular a realidade no ambiente da sala de aula, permitindo vinculação mais fácil da teoria com a prática; desenvolver competência para resolver problemas complexos. O aluno irá deparar-se com situações-problema reais que exigem capacidade de interpretação, análise crítica e de resposta conceitualmente fundamentada; promover a interdisciplinaridade, ao estabelecer relações entre conceitos abordados em diferentes disciplinas, explicitando a interdependência do conhecimento para a solução de problemas complexos e contribuindo para romper com a fragmentação curricular.

O caso é uma narrativa de fatos reais ou fictícios, a partir do qual os alunos devem extrair o direito e as normas aplicáveis, sem que os aspectos extrajurídicos necessariamente envolvidos sejam ignorados e deixados de lado. Objetiva o ensino de habilidades voltadas para o desenvolvimento e a prática do raciocínio jurídico por meio da análise de decisões judiciais.

O método de casos propicia ao aluno o aprendizado por meio de suas experiências pessoais, desenvolvendo a capacidade de construir um raciocínio jurídico e sistematizar ideias de modo independente, além de estimular o seu senso crítico (GIL, 2009). A análise de decisões judiciais permite ao aluno familiarizar-se com a linguagem e o vocabulário jurídico utilizado pelas instâncias julgadoras. Possibilita, examinar como foram construídos os argumentos, verificar se há trechos meramente retóricos, se prevalece à fundamentação jurídica, se há coerência entre os argumentos apresentados e a decisão final.

Neste encontro foi explorada a estratégia estudo de caso; elaborar proposta didática para realização de um estudo de caso envolvendo uma aula de Direito. Cada professor construiu um caso com as seguintes partes: introdução, antecedentes, desenvolvimento, conclusões e questões para discussão (Quadro 6).

Quadro 6 – Casos elaborados para ensino jurídico

Tema	Caso	Atividade
A Função Extrafiscal do IPTU	<p>Pedro comprou um terreno na área urbana de Arapiraca em 17/05/1995. A Municipalidade lançou o plano diretor do Município em 25/10/1997 e estabeleceu as normas de construção para os terrenos situados na área urbana do município. Dentre as normas reguladas, o plano estabeleceu um prazo de 10 anos para que os terrenos baldios fossem ocupados devidamente com as respectivas construções de moradias ou imóveis comerciais. Após 14 anos da criação do plano diretor do Município X, Pedro não obedeceu ao prazo estabelecido pela Prefeitura e o seu terreno continua desocupado em clara contradição com o plano diretor. Ocorre que a situação é agravada porque Pedro está usando o seu Terreno como claro meio de especulação imobiliária, prática extremamente condenável na Constituição Federal e no plano diretor do Município.</p>	<p>Analizar a possibilidade de o Município interferir na propriedade privada de Pedro. Verificar, diante da jurisprudência dos Tribunais Superiores, se o direito de propriedade, estabelecido na Magna Carta, pode se sobrepor ao interesse público do Município.</p> <p>Como Procurador do Município X, analise a situação estabelecida e ofereça mecanismos para que a Prefeitura possa sancionar o cidadão que não obedece ao prazo estabelecido no plano diretor de Arapiraca. Como o IPTU pode ser utilizado como meio inibitório para que os proprietários de terrenos em área urbana não os utilizem em contradição ao plano diretor dos respectivos municípios e nem como forma de especulação imobiliária? Cite quais os dispositivos legais que podem ser usados pela Municipalidade para, tributando mais gravemente Pedro, o levem a iniciar sua construção e enfim cumpra a função social da propriedade estabelecido na Constituição Federal.</p>
Benefício Assistencial	<p>Maria, desempregada, nunca contribuiu para a previdência social. É casada com Pedro, cuja profissão é a de gari, auferindo um salário mínimo mensal, desta união adveio João, hoje com 08 anos de idade. Maria é portadora de doença cardíaca grave que a incapacita permanentemente para o trabalho e para a vida independente, necessitando do auxílio de terceiros. Requeru o benefício assistencial - LOAS junto ao INSS, entretanto, seu pedido fora indeferido sob a alegação de renda per capita de seu grupo familiar é superior a ¼ do salário-mínimo. A família do demandante sobrevive de maneira precária, pois sua deficiência é irreversível, absorve praticamente toda a renda obtida por seu esposo, preocupado com seu bem estar e em lhe propiciar o mínimo de condições dignas de sobrevivência. Isto sem considerar que sua condição requer cuidados, com auxílio de terceiros, e medicação em tempo integral, por toda sua vida.</p>	<p>Quais os pressupostos para a concessão do Amparo Social ao Portador de Deficiência, previstos na Lei n. 8.742/93 (LOAS)? Como são verificados os requisitos da incapacidade de Maria? E os requisitos de incapacidade econômica? Quais os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado? Quais as correntes aplicadas ao caso em tela?</p> <p>Como se posiciona a doutrina no caso em comento?</p> <p>Analise a jurisprudência relacionada a este caso no sentido de Maria fazer jus ao benefício assistencial.</p> <p>Analise o caso a luz o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana consagrado na Constituição Federal de 1988.</p>

O Pintor	<p>José, famoso pintor de quadros, em data de 18.03.2002, efetuou negócio com Mário, em que ficou instituída OBRIGAÇÃO DE FAZER, ou seja, José comprometeu-se que até a data de 15.06.2002 pintaria e entregaria o retrato de Mariquinhas, filha mais velha de Mário. Na ocasião em que fecharam o negócio, ficou estabelecido que o valor do trabalho seria de R\$ 500,00 e que o pagamento seria efetuado na data da entrega da referida pintura. Ocorre, porém, que decorrido o prazo para entrega da pintura, José não cumpriu o avençado, ou seja, não entregou o quadro a Mário. Diante disto Mário foi procurá-lo, para que o mesmo cumprisse a sua parte no negócio, sendo certo que José informou que não mais iria entregar a pintura, pois Mariquinhas era uma moça muito feia e não merecia ser pintada por ele.</p>	<p>A resolução do caso em apreço e suas peculiaridades; Em se tratando de obrigação de dar coisa certa, o que acontece quando a coisa se perde, deteriora por culpa do devedor, antes da entrega ao credor? Comente o art. 247 do Código Civil.</p>
Penas alternativas	<p>José é dono de um mercadinho no centro da cidade. Um de seus funcionários responsável pela limpeza do estabelecimento passou a praticar pequenos furtos no local. Desconfiado do que estava acontecendo, José começou a investigar tal ocorrido. Numa tarde, aproximadamente às 14:00h, José surpreendeu seu funcionário saindo do estabelecimento com uma sacola cheia de compras. Nesse instante, optou por não falar nada antes de ter a certeza se seu funcionário havia tomado nota destas compras na caderneta. Para sua surpresa ele não havia tomado nota de nada naquela data, configurando assim sua má-fé. No final da tarde, após terminar o expediente, José convida o funcionário para uma conversa, na esperança que o mesmo se explicasse sobre o fato ocorrido. Nesta ocasião, o funcionário negou que estivesse furtando o estabelecimento e ainda pediu demissão. José concorda com a demissão e resolve levar o caso ao juizado especial criminal. Chegado o dia da audiência de conciliação, foi proposto como medida alternativa que o ex-funcionário de José prestasse serviço à comunidade durante 6 meses, 8 horas por semana, como forma de sanção penal pelo delito cometido.</p>	<p>Pesquisar no código penal se cabe pena alternativa no crime de furto; Pesquisar o conceito de pena alternativa e seus requisitos para sua aplicação;</p>

União Homossexual	<p>Primeiro casamento civil gay do Brasil acontece hoje em Jacareí (SP) - Pela primeira vez no Brasil um casal de homossexuais trocará alianças. A cerimônia inédita aconteceu no dia 28/06/2011, no 1º Cartório de Registro Civil de Jacareí - São Paulo na qual foi assinada e entregue a primeira certidão de casamento civil emitida no país a um casal homossexual. Na ocasião, o comerciante Luiz André Rezende Moresi, 36, e o cabeleireiro José Sergio Sousa, 29, foram oficialmente declarados casados e constituídos em uma nova família. Convidados, familiares e amigos ligados a ONG Revida, organização não governamental da luta contra a homofobia e responsável por organizar a Parada do Orgulho Gay de Jacareí, a qual o casal comanda e trabalha, deve marcar presença em frente ao cartório para comemorar a conquista dos noivos.</p>	<p>Será feita breve exposição da legislação pertinente ao tema e da definição dos institutos, após o que se fará a exposição, em vídeo, de um caso concreto pertinente ao tema abordado, cujo conteúdo servirá de subsídio para os trabalhos em sala de aula, realizados através de debates intra e extra grupos, e confecção de relatório pelos alunos. O desenvolvimento da aula se dará em quatro momentos: 1. Aula expositiva: Apresentação sintética da definição dos institutos, da jurisprudência e das disposições legais pertinentes; 2. Relato do caso: apresentação do caso em powerpoint (reportagem do site UOL – www.uol.com.br); 3. Formação de grupos (3 a 4 pessoas) – debate intra-grupos: debater em cada grupo os pontos favoráveis e contrários acerca da união homossexual no caso apresentado; construir e entregar resumo simples do conteúdo do debate; 4. Reunião dos grupos – debate intergrupos com mediação: organizar a turma em semicírculo; comparação dos resultados apresentados pelos grupos; apresentação de críticas/ sugestões à legislação vigente; sobre o tema; espaço para questionamentos; 5. Trabalho escrito individual: cada aluno irá confeccionar relatório do caso apresentado, baseando-se também no conjunto normativo exposto em aula, contendo seu posicionamento crítico sobre o caso, acompanhado de pelo menos cinco fundamentos jurídicos; o trabalho será objeto de avaliação, a entrega será feita via e-mail, para a qual será dado o prazo de uma semana.</p>
--------------------------	--	---

A estratégia de trabalho pedagógico dos estudos de caso foi trabalhada em dois momentos: no primeiro, os professores exploraram atividades de estudo de caso realizadas por outros sujeitos e, no segundo momento da atividade, construíram uma proposta de aula utilizando o caso elaborado na área jurídica. Os casos propostos pelos professores exigiam leituras, análise de procedimentos, condutas, pesquisa de informações e relação dos conteúdos trabalhados nas aulas.

Atividade 8 - Aulas com música

Nesta atividade, foi trabalhada a aprendizagem no ensino jurídico utilizando músicas no recurso do podcast. O podcast, segundo Catalan e Rofa (2010), Mustaro (2010), Roque, Pedrosa e Campos (2011), Gravan (2009), Laaser et al. (2011) e Moura e Carvalho (2006), auxilia no aprendizado de línguas estrangeiras, principalmente quanto à compreensão oral e fixação de pronúncia; noticiário histórico (narração de um fato relevante da história sob o ponto de vista da época), apresentação de personalidades históricas. O podcast permite a gravação de aulas presenciais; permitem uma revisão e fixação de conteúdo, através da recapitulação dos principais pontos de uma aula ou de um conjunto de aulas; disponibilizam.

Quadro 7 – Propostas de Aulas de Direito com músicas

Tema/Música	Objetivos	Atividades
Direitos do empregado doméstico.	Conhecer os principais direitos dos empregados domésticos, Reconhecer as diferenças entre as garantias a este tipo de empregado e aos demais.	Música Cordel do Trabalho: trabalhador doméstico disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=kmmSyNCrbRU A turma será dividida em grupos de quatro alunos, que receberão uma cópia da letra do cordel a ser estudado. Após ouvir a música, cada grupo deverá criar uma breve situação em que um ou mais garantias do empregado doméstico são desrespeitadas. A segunda parte da aula será destinada à exposição da situação criada para o restante da turma, que deverá indicar quais direitos estão sendo infringidos.
S e g u n d a Guerra Mundial	Identificar as consequências devastadoras da guerra atômica para a natureza e a humanidade.	Poema musicado Rosa de Hiroshima de Vinícius de Moraes. A turma será dividida em cinco grupos que farão redação sobre a letra da música, enfocando a necessidade da paz no mundo e o respeito à dignidade da pessoa humana. Feito isto, os textos produzidos serão apresentados para a turma. Ao final da aula todos cantarão juntos a música.
Insatisfação Social	Identificar e refletir sobre situações de crimes e escândalos na esfera do poder público presentes nas relações sociais.	Análise da corrupção. Estudo da legislação pertinente. Ouvir a música Que país é esse? por apresentar conteúdo ironizando a situação social brasileira. Divisão da turma em grupos, os quais analisarão a letra e debaterão entre si. Exposição dos resultados das análises dos grupos, socializando com a turma por meio da montagem de um cartaz que retrate o conteúdo do trecho musical em discussão. Solicitar-se-á aos alunos que discorram seus pontos de vista para mudar o atual quadro, focando a participação e a assimilação do conteúdo.

Princípio da dignidade humana; Interpretação Jurídica e Social.	Oferecer uma interpretação jurídica referente à letra da música.	Letra da música Comida , disponível em: http://letras.com.br/titas . Audição da música, depois a turma se dividirá em quatro grupos; Cada grupo terá 10 min. para interpretar três das doze estrofes da música dentro do conteúdo estudado. Em seguida, na ordem da música, os grupos irão apresentar oralmente a interpretação legal das três estrofes estudadas.
Situação de abandono de menores	Refletir a situação de abandono que se encontra a criança.	Música Menino de Rua de Jorge de Altinho. A letra representa a situação de abandono de menores, os quais ficam a mercê do desamparo e dos vícios das ruas. A turma será divida em 5 grupos. Cada grupo ficará com um trecho da música, na qual farão uma discussão entre os membros de sua equipe sobre o respectivo trecho, e após sublinhar situações em que se verificam situações divergentes do que defende a legislação.
Direito de Propriedade	Caracterizar os conceitos e tipos de propriedade, quais os direitos perante vizinhos e as formas da perda da propriedade.	Música Direito de Propriedade , de Ezequiel Balthazar. Técnica dos Enfoques Socioafetivos. A busca por questões de direitos sociais trabalha os sentimentos e as emoções dos alunos. Essa “reflexão” faz experimentar no aluno uma sensibilidade maior quanto às questões sociais. Os alunos devem procurar os dispositivos constitucionais que estabelecem o direito de propriedade; os alunos devem procurar no Código Civil (capítulo de responsabilidade) as obrigações que terão de arcar aqueles que infringirem o direito de propriedade. Os alunos devem fazer um estudo acerca da função social da propriedade fazendo analogia aos sem-terra e retratar, por imagens, num cartaz o significado de propriedade na sociedade contemporânea.

No término da formação, foi realizada a avaliação da prática pedagógica com TIC no ensino jurídico de cada professor, a partir do percurso de aprendizagem do professor na oficina concluída.

Análise dos dados produzidos na Pesquisa

No último encontro foi realizada a avaliação das práticas desenvolvidas a partir da construção do *blog* pelos professores do ensino jurídico. Cada professor avaliou no seu *blog* o percurso de aprendizagem na formação concluída, considerando os aspectos: importância das estratégias didáticas na prática docente; possibilidades vislumbradas do uso das estratégias didáticas exploradas nas aulas; aprendizagem nas aulas de Metodologia do Ensino; metodologia utilizada pelo professor na formação, sugestões para melhoria da formação em futuras ofertas.

Para os professores, na sua prática docente, as diferentes estratégias didáticas abrem uma gama de ferramentas de desenvolvimento criativo e inovador que

possibilita o desenvolvimento profissional e uma melhor qualidade da aprendizagem; mediaram um processo catalisador do desenvolvimento profissional e de mudanças na cultura de seu trabalho. Afirmaram que, a partir do que aprenderam, conseguem visualizar novas maneiras de aplicar meus conhecimentos junto aos acadêmicos, com possibilidades diferentes de ministrar as aulas, deixando o processo ensino-aprendizagem mais dinâmico e proveitoso.

Os professores avaliaram a aprendizagem na formação e afirmaram que esta permitiu conhecer novas estratégias e ferramentas multimídias, que as aulas permitiram uma melhor utilização das estratégias didáticas já utilizadas e também a conhecer outras estratégias. Permitiu conhecer melhor e mudar preconceitos em relação ao uso da internet nas aulas. Inicialmente, ferramentas como redes de contato e relacionamento, interfaces como o YouTube e blog se mostravam de pouca ou nenhuma utilidade prática.

O uso dos recursos disponíveis é essencial no processo, pois garante ao professor maior possibilidades de elaboração de aulas diversificadas gerando significativas possibilidades de educando assimilar o conteúdo programado de forma mais natural e espontânea, garantindo ao professor o sucesso preteritamente planejado. Os métodos ativos, cuja avaliação faz parte do processo de ensino, é a melhor tendência para essas diversidades de recursos, pois facilita todo o processo. O contato com a realidade, o desenvolvimento da criticidade e a interferência no meio são facilmente aplicados nessas diversidades tecnológicas.

Os resultados e impactos que beneficiam o desenvolvimento de metodologias de ensino na área do ensino jurídico neste estudo foram: investigação da utilização pelos professores do ensino superior das TIC envolvendo atividades de ensino no ensino jurídico;

estudo de novas metodologias para o ensino jurídico; melhoria das condições de produção de materiais didáticos utilizando TIC; melhoria no uso das possibilidades interativas entre alunos, professores, tutores, coordenação, utilizando recursos das TIC no ensino jurídico.

Considerações Finais

As metodologias do ensino jurídico centradas nos alunos permitem que estes aprendam através das descobertas, do desenvolvimento de suas habilidades analíticas e a motivação. A participação e o envolvimento dos alunos têm um grande impacto no aprendizado, assim como no nível de responsabilidade de cada um com seu próprio processo de crescimento.

Investigar as possibilidades de uso de TIC em contextos de formação, sob a perspectiva da constante transformação da informação e construção do conhecimento no processo de ensino-aprendizagem proporcionou repensar a prática pedagógica tradicional como também apontou inúmeras contribuições que viabilizam a apreensão do conhecimento por meio dos recursos tecnológicos.

A proposta de trabalho aqui relatada contemplou atividades que possibilitem ao professor planejar, fazer e refletir a respeito, utilizando materiais didáticos interativos e conteúdos na área jurídica. Nesta formação, o professor/pesquisador desempenhou papel de facilitador e coordenador da aprendizagem durante a construção das atividades pelos professores. Foi utilizada uma metodologia de ensino participativa, voltada para o envolvimento do aluno, que estimula o aluno a vivenciar uma situação real, tornando esta vivência parte fundamental do processo de construção do aprendizado.

O foco da oficina constituiu-se em explorar estratégias didáticas para uso das TIC no ensino superior, partindo da concepção de desenvolvimento da autoria, conduzindo a produção de um blog por cada professor no qual postaram os materiais pesquisados/elaborados. A proposta para coleta e produção de materiais didáticos atrelados ao uso das TIC foi orientada a partir da escolha de uma área do conhecimento e/ou disciplina e/ou conteúdo de atuação do professor no ensino jurídico.

A dinâmica da oficina ofereceu uma metodologia de ensino e aprendizagem prática, no sentido de vivenciar estratégias didáticas usando TIC e instigar o professor a explorar as ferramentas, de modo a convergir o uso das ferramentas em direção de potencializar o processo de ensino e aprendizagem na área do conhecimento e/ou disciplina e/ou conteúdo abordado.

Nas atividades realizadas, levou-se em conta a necessidade de capacitar o professor do ensino jurídico, permitindo a apropriação dos recursos das TIC disponíveis na Internet. A aprendizagem dos professores nas aulas de metodologia utilizando TIC foi essencial para transformar as aulas dos professores, torná-las mais dinâmicas, com imagens, vídeos, sons e o uso dos recursos da internet: YouTube, Second Life, blogs, podcast, Google Earth.

Outro aspecto destacado nos depoimentos dos professores se refere ao planejamento das aulas: planejar utilizando as TIC envolve uma série de elementos que vão desde a pesquisa, seleção e organização dos materiais até a interação com os alunos. Nesse sentido, o trabalho pode ser considerado como um processo que exige tempo, planejamento e dedicação, porém, tal processo pode trazer inovações necessárias para que os alunos possam aprender com autonomia. Além disso, suas reflexões apontam para o fato de que as TIC podem

contribuir para uma aproximação dos professores com seus alunos, no sentido de que o blog pode se tornar uma extensão de suas aulas, contribuindo para que os professores possam dar retornos mais imediatos às atividades solicitadas aos seus alunos.

As atividades propostas valorizam o uso das TIC, dando-lhe uma nova dimensão, através da qualificação, preparando professores do ensino jurídico para trabalhar com novas propostas pedagógicas, a partir da necessidade de promover atividades educacionais que permitam a atualização em termos de conhecimento, informações e desenvolvimento de habilidades que os atuais padrões convencionais de ensino não oportunizam é que propomos a criação do blog como espaço de apropriação de interfaces com propostas didáticas para uso de TIC na prática do professor do ensino superior.

Referências

- ALVES, Alessandra C. Jogos eletrônicos na educação: o game Fly on Mars como objeto interdisciplinar de aprendizagem. In: LEITE, Carlonda; ZABALZA, Miguel (Orgs.). **Ensino superior: inovação e qualidade na docência**. Porto: Centro de Investigação e Inovação Educativa, 2012, p. 1830-1836, 2012. Disponível em: http://www.fpce.up.pt/ciie/cidu/publicacoes/livro_de_textos.pdf. Acesso em: 12 dez. 2012.
- ANTUNES, Celso. **Professores e professoras:** reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARANHA, G. Jogos eletrônicos como um conceito chave para o desenvolvimento de aplicações imersivas e interativas para o aprendizado. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2006.
- ARRUDA, Eucídio P. Na textura das tramas virtuais; entre históricas, tecnologias e aprendizagens. In: FONSECA, Silva G.; GATH, JUNIOR Décio (Orgs.). **Perspectivas do ensino de História:** ensino, cidadania e consciência histórica. Uberlândia: EdFU, 2011.
- BAUTISTA, Guilhermo; BORGES, Federico; FLORES, Anna. **Didáctica universitaria en entornos virtuales de enseñanza-aprendizaje**. Madrid: Narcea, 2010.

BITTAR, Eduardo C. **Estudos sobre ensino jurídico:** pesquisa, metodologia, diálogo e cidadania. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino e aprendizagem.** 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

BRASIL. Resolução PCNE/CES nº 9 de 29 de setembro de 2004. Institui as diretrizes curriculares nacionais em Direito e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 01 out. 2004. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09-04.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

CARLINI, Alda L.; LEITE, Maria T. Adolescentes e tecnologias: o aluno nativo digital. In: CARLINI, Alda.; TARCIA, Rita, M. **20% a distância e agora?** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

CATALÀN, Elisa M.; ROFA, José M. **Investigación 2.0 en la universidad:** la inteligencia colectiva y sus aplicaciones. Espanha: Universidad de Huelva, 2010. http://tecnologiaedu.us.es/images/stories/curso_____investigacin_2_0.pdf

COLL, César; MAURI, Teresa; ONRUBIA, Javier. Os ambientes virtuais de aprendizagem baseados na análise de casos e na resolução de problemas. In: COLL, César et al. **Psicologia da educação virtual:** aprender a ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CORREA, Adriana K. et al. Metodologia problematizadora e suas implicações para a atuação docente: relato de experiência. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 61-78, dez. 2011.

FACHIN, Roberto C.; TANURE, B.; DUARTE, Roberto G. **Usos de casos no ensino de administração.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.

FERREIRA SOBRINHO, José W. **Metodologia do ensino jurídico e avaliação em direito.** Porto Alegre: Santi Antonio Fabris, 1997.

FIORENTINI, L. M. Materiais didáticos escritos nos processos formativos à distância. In: CONGRESSO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 1., 2002. Petrópolis. **Anais.** Petrópolis: EsuD, 2002.

FRANCISCO FILHO, Egildo. **Estudos de casos:** para seleção e treinamento de recursos humanos. Rio de Janeiro: Qualimark, 2006.

FUNDESCO. **Teleformación:** un paso más en el camino de la formación continua. Madrid: Fundesco, 1998.

GABBAY, Daniela M.; SICA, Ligia P. Role-Play. In: GHIRARDI, José G. (Org). **Métodos de ensino em direito:** conceitos para um debate. São Paulo: Saraiva, 2009.

GHIRARDI, José G. (Org). **Métodos de ensino em direito:** conceitos para um debate, São Paulo: Saraiva, 2009.

GHIRARDI, José G.; VANZELLA, Rafael D. (Orgs). **Ensino jurídico participativo:** construção de programas - experiências didáticas. São Paulo: Saraiva, 2009.

GIL, Antônio C. **Metodologia do ensino superior.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMEZ, Josir S. **O método de estudo de caso aplicado à gestão de negócios:** textos e casos. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMEZ, Margarita V. **Cibercultura, formação e atuação docente em rede:** guia para professores. Brasília: Liber, 2010.

GRAVAN, Pedro R. Estratégias para El diseño y utilización de los podcast en la enseñanza. In: GARRIDO, Carlos C. **Web 2.0:** el uso de la web en la sociedad del conocimiento: investigación e implicaciones educativas. Caracas: Universidad Metropolitana, 2009.

HAGUENAUER, J. C. et al. Uso de jogos na educação online: a experiência do LATEC/UFRJ. **Revista Educação On Line**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./abr. 2007. Disponível em: http://www.latec.ufrj.br/revistaeducaonline/vol1_1/2_jogos.pdf. Acesso em: 22 abr. 2011.

HAYDT, Regina C. **Curso de didática geral.** 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LAASER, Wolfram et al. Podcasting: ¿Un nuevo medio para la educación a distancia? **RED - Revista de Educación a Distancia**, n. 23. 2010. Disponivel em: <http://www.um.es/ead/red/23/>. Acesso em 20 jan. 2011.

LEITE, Maria C. **Decisões pedagógicas e inovações no ensino jurídico.** 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LUCARELLI, E. Pedagogia universitária e inovação. In: CUNHA, M. I. (Org.). **Reflexão e práticas em pedagogia universitária**. Campinas: Papirus, 2007.

MACHADO, Liliane S. et al. Seriais games baseados em realidade virtual para Educação Médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 257-262, 2011.

MACHADO, Maira R.; MACHADO, Marta R. Do fato ao crime, do crime à pena: o estudo conjunto de Direito Penal e Processo Penal. In: GHIRARDI, José G.; VANZELLA, Rafael D. (Orgs.). **Ensino jurídico participativo: construção de programas, experiências didáticas**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MAIA, Fabio; RAMOS, Paula. Atividade de construção de um livro virtual: a escrita colaborativa em um curso de Pedagogia a distância. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCACÃO A DISTÂNCA, 17, 2011, Manaus, AM. **Trabalhos...** São Paulo: ABED, 2011. 10 p. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/106.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

MARTINS, Jorge S. **Situações práticas de ensino e aprendizagem significativa**. Campinas: Autores Associados, 2009.

MASETTO, Marcos T. Inovação curricular no ensino superior. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 7, n. 2 Ago. 2011.

MASSENSINI, Ariana R.; SOARES JUNIOR, Celso P.; SILVA, Joseane S. Estratégias de jogos na EAD: uma proposta para as disciplinas de Sociologia e Filosofia do Ensino Médio articulado Sesi Senai – Departamento Regional de Goiás In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCACÃO A DISTÂNCA, 17, 2011, Manaus, AM. **Trabalhos...** São Paulo: ABED, 2011, 10 p. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/210.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012.

MITRE, S. M et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 13 (sup. 2); p. 2133-2144, 2008.

MIZUKAMI, Maria G. Casos de ensino e aprendizagem da docência. In: ABRAMOWISZ, Anete; MELLO, Roseli (Org.). **Educação: pesquisa e prática**. Campinas: Papirus, 2000.

MOURA, Adelina; CARVALHO, Ana A. **Podcast:** uma ferramenta para usar dentro e fora da aula. Conferência Sobre Sistemas Móveis e Ubíquos. Guimarães: Universidade do Minho, 2006. p. 155-158.

MUSTARO, Pollyana N. Podcast educacional: do roteiro à divulgação. In: CARLINI, Alda L.; TARCIA, Rita M. **20% a distância e agora?** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

NUNEZ, Rafael R. Ensenar derecho en red. In.; CLEVES Gonzalo A. (Ed.). **Los blogs Jurídicos y la We 2.0 para la difusión y la enseñanza del derecho.** Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2010.

PACHANE, Graziela G.; PEREIRA, Elisabete M. A importância da formação didático-pedagógica e a construção de um novo perfil para os docentes universitários. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 3, n. 1, 2004.

PONTE JUNIOR, J. P. et al. O contributo das tecnologias de Informação e comunicação para o desenvolvimento do conhecimento e da identidade profissional. In: FIORENTINI, D. (Org.) **Formação de professores de matemática:** explorando novos caminhos com outros olhares. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

RAMOS, Luciano O.; SCHORSCHER, Vivian C. Método de caso. In: GHIRARDI, José G. (Org.). **Métodos de ensino em direito:** conceitos para um debate. São Paulo: Saraiva, 2009.

RANIERI, Nina B. Hard-cases e leading-cases no campo do Direito à Educação: o caso das quotas raciais. **Revista de Direito Educacional**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.245-275, jan./jun. 2010.

ROESCH, Sylvia. Notas sobre a construção de casos para ensino. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30, 2006, Salvador, BA. **Anais...** São Paulo: Anpad, 2006. Disponível em: <www.anpad.org.br>. Acesso em: 10 maio 2012.

ROQUE, Gianna O.; PEDROSA, Stella M.; CAMPOS, Gilda H. **Ferramentas 2.0 e formação de professores:** desenvolvendo competências. Manaus: ABED, 2011.

SÁ, Luciana P. et al. Estudos de caso em Química. **Quim. Nova**, São Paulo,

v. 30, n. 3, 731-739, 2007.

SERRA, Fernando; VIEIRA, Patrícia S. **Estudos de casos:** como redigir, como aplicar. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

SILVEIRA, Leonardo. YouTube: um processo formativo audiovisual e a autoria na contemporaneidade. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO NORTE-NORDESTE, 20, Manaus, AM, 2011. **Anais...** Manaus: Universidade Federal da Amazonia, 2011. Cd-Rom.

VANZELLA, Rafael D. **Métodos de ensino aprendizado do direito:** experiências docentes. São Paulo: Saraiva, 2007.

WASSERMANN, S. **El estudio de casos como método de enseñanza.** Buenos Aires: Amorrotu, 2006.

ZITSCHER, Harriet C. **Metodologia do ensino jurídico com casos:** teoria & prática. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

Luis Paulo Leopoldo Mercado – Universidade Federal de Alagoas
Maceió | AL | Brasil. Contato: luispaulomercado@gmail.com

Artigo recebido em 27 de janeiro de 2013
e aprovado em 8 de abril de 2013.

